



MISES: Interdisciplinary Journal of
Philosophy, Law and Economics

Disponível em www.misesjournal.org.br
MISES: Interdiscip. J. of Philos. Law and Econ, São Paulo, 2018; 6 (2)
e-ISSN 2594-9187
Resenha de Livros



Ludwig von Mises e Gordon H. Clark: Em defesa do capitalismo

Daniel Gomide da Silva¹

MISES, Ludwig von. *A Mentalidade Anticapitalista*. São Paulo: LVM, 2017. 256p.

Em 2016, nas manifestações que antecederam o impeachment da agora ex-presidente Dilma Rousseff, cartazes com os dizeres “Menos Marx, Mais Mises” foram fotografados e circularam pela internet. A pergunta que logo vem à mente é: quem é Mises?

Ludwig Heinrich Edler von Mises foi um economista e está entre os principais porta vozes da Escola Austríaca. Na terceira edição do livro *A Mentalidade Anticapitalista*, escrito por Ludwig von Mises e publicado no Brasil pela editora LVM, há uma apresentação escrita por um de seus mais conhecidos discípulos, o ganhador do prêmio Nobel de Economia Friedrich August von Hayek.

Com termos cuidadosamente selecionados, Hayek descreve brevemente no livro o pensamento e as obras de Mises. Tendo esboçado o contexto histórico, marcado pelas tensões da Primeira Guerra Mundial, Hayek inclusive assevera sobre estes: “[...] a despeito deste senso de urgência com que foram escritos, apresentam uma perfeição clássica, uma percepção consistente em seu escopo [...]” ([2017^a, p.16](#)).

Hayek descreve também a obra *Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel* [*A Teoria da Moeda e dos Meios Fiduciários*] como sendo “demasiado sofisticada”. Seu comentário sobre *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* [*Socialismo: Uma Análise Econômica*] é de que se trata de um livro “repleto de conhecimento preciso e sabedoria profunda”. Hayek reconhece que houve resistência aos escritos de Mises, contudo sem sucesso, pois a “lógica do argumento era inexorável”. Neste sentido, mais adiante, Hayek ainda reitera que “quando a força da lógica do professor Mises não era suficiente, outro fator logo a reforçou – a exasperadora tendência do professor Mises para demonstrar que estava certo”.

¹ Bacharel em Teologia reformada pela Sociedade de Estudos Bíblicos Interdisciplinares – SEBI.

O livro *A Mentalidade Anticapitalista* é estruturado em cinco capítulos antecidos de uma introdução. Não é um livro que lida especificamente com argumentos teóricos a favor do capitalismo. Se o leitor não estiver atento a isso, irá se desapontar e ficará desencorajado de ler outros livros de Mises. Nesse caso, enquadrar corretamente a leitura² é parte essencial para a compreensão daquilo a que o autor se propõe. De acordo com Mises, “a finalidade deste ensaio é analisar essa tendência anticapitalista e revelar suas causas e consequências” ([2017^b, p. 49](#)). Nesse caso, Mises pretende investigar uma tendência de atitudes propositivas, o que diz respeito mais a atos psicológicos do que lógicos.

O capitalismo, de acordo com Mises, enfatiza a liberdade econômica e política, e consequentemente coloca o consumidor, no âmbito do livre mercado, num status de soberano. Tendo tais premissas, o capitalismo é o modelo de organização social que privilegia o aperfeiçoamento econômico: “Existe apenas uma maneira exequível de melhorar as condições materiais da humanidade: acelerar o crescimento do capital acumulado em oposição ao crescimento da população” (p. 56). Mas se isso é de fato assim, por que tantos nutrem ódio pelo capitalismo?

Para colocar essa pergunta em perspectiva Mises distingue a sociedade de status do capitalismo. Em suma, na sociedade de status a fortuna de um aristocrata não é um fenômeno do mercado e a estrutura social é basicamente estática. O capitalismo, por outro lado, possibilita o que “foi tecnicamente denominado pelos sociólogos de ‘mobilidade social’” ([2009, p.34](#)). Os critérios que são utilizados nessa perspectiva dinâmica da posição social não privilegiam necessariamente o real valor da pessoa, mas o atendimento dos desejos e necessidades daqueles que detêm a prerrogativa da avaliação – os consumidores soberanos.

Numa sociedade de status, a posição social do indivíduo não depende exclusivamente de sua responsabilidade. Antes, o *locus* social pode ser atribuído “a condições cujo controle lhe escapa” (p. 62). No regime capitalista, contudo, a situação é distinta, pois a “tão falada dureza do capitalismo consiste no fato de ele tratar cada um de acordo com a contribuição que este oferece ao bem estar do seu semelhante” (p. 63). Em outras palavras, a posição social do indivíduo depende em grande medida de sua responsabilidade. Se a oportunidade de mobilidade social está disponível a cada um, compete ao indivíduo assumir a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. Mas o fracasso dificilmente é debitado na própria conta, porquanto “tal como é a natureza humana, as pessoas são propensas a superestimar seu próprio valor e méritos” (p. 64-

2 Primeiro estágio da leitura analítica. Veja: ADLER, Mortimer.; VAN DOREN, Charles. **Como ler livros: o guia clássico para a leitura inteligente**. São Paulo: É Realizações, 2010.

65). Quando o sentimento de culpa não é visto como um indicador de maus procedimentos e, face ao cenário em que a ambição é frustrada, uma das consequências psicológicas é a busca por um bode expiatório.

Mises contempla ao menos duas formas em que as pessoas dão vazão ao ressentimento: a) o tolo libera esses sentimentos por meio da calúnia e da difamação; b) os mais sofisticados sublimam seu ódio numa filosofia, a filosofia do anticapitalismo, a fim de calar a voz interior que lhes diz que, se falharam, é totalmente por culpa própria (p. 66).

O primeiro grupo identificado por Mises que adota a filosofia anticapitalista como máscara para o ódio é o grupo dos intelectuais: “Sua inveja e conseqüente ressentimento não estão voltados contra um ser vivo de carne e osso, mas contra pálidas abstrações como ‘administração’, ‘capital’ e ‘Wall Street’” (p. 67). O segundo grupo é dos intelectuais americanos que, excluídos da “sociedade”, reagem com animosidade e se tornam favoráveis às políticas anticapitalistas. Mises identifica ainda o grupo dos trabalhadores de “colarinho branco” e o que ele denomina de “primos”, bem como a Broadway e Hollywood. Embora o ressentimento seja proveniente de motivos distintos, a atitude geral é a mesma: ódio ao capitalismo.

No capítulo 2, Mises fala do que ele considera um dos eventos mais significativos da humanidade: o surgimento da Economia como forma de conhecimento. A ascensão do capitalismo, no entanto, não foi acompanhada pela ampla compreensão da forma como agem os princípios do *laissez-faire*. O conhecimento integral do funcionamento da Economia de mercado é posse de poucos. O problema não foi sanado com a literatura emergente, pois o “assunto era intragável para o leitor comum”.

De acordo com Mises, “o resultado dessa ignorância é que as pessoas atribuem todo aperfeiçoamento das condições econômicas ao progresso das ciências naturais e da tecnologia” (p. 88). No entanto, atrelar o aperfeiçoamento econômico ao avanço científico e tecnológico é apenas parte do problema. Na filosofia do homem comum “prevalece no decorrer da história da humanidade uma tendência automática no sentido do avanço progressivo das ciências naturais experimentais e de sua aplicação na solução dos problemas tecnológicos. Essa tendência é irresistível e inerente ao destino da humanidade, e sua ação se exerce independentemente da organização política e econômica da sociedade” (p. 88-89). Essa interpretação popular foi estruturada em uma dialética hegeliana por Karl Marx e, tal véu pseudofilosófico, tornou suas doutrinas bem aceitas: “No esquema de Marx, as ‘forças materiais produtivas’ são uma entidade sobre-humana independente da vontade e das ações dos homens” (p. 89). Com essa crença no progresso automático, a filosofia do homem comum tende a deturpar a contribuição fundamental do acúmulo de capital e da poupança para a melhoria material. Ao invés de reconhecer a íntima

relação do avanço tecnológico e do capitalismo, a filosofia do homem comum se inclina ao endosso da ideia de que os grandes negócios geram as piores explorações. O socialismo e o intervencionismo não eram opções viáveis aos que entendiam de Economia, “mas as ideias dos revolucionários e dos reformadores encontraram respaldo junto à grande maioria de pessoas ignorantes levadas exclusivamente pelas fortes paixões humanas de inveja e de ódio” (p. 96).

Até mesmo nos grupos “privilegiados” – monarquia, aristocracia e Igreja – “o ressentimento e a inveja prevaleceram sobre o raciocínio isento” (p. 97). O raciocínio enganoso da frente anticapitalista é duplo: os ricos recebem o rótulo de exploradores e os pró-socialistas são os que se posicionam ao lado do pobre, do mais fraco. Segundo Mises, essa “suposição dá como evidente a principal ideia socialista segundo a qual os interesses econômicos das massas são prejudicados pela ação do capitalismo, em proveito exclusivo dos ‘exploradores’, e que o socialismo elevará o padrão de vida do homem comum” (p. 99). A conclusão de Mises é de que as pessoas precisam se envolver mais com a teoria econômica antes de tornarem públicas suas opiniões, pois falar do que não se entende é a postura do “tagarela irresponsável” (p. 100).

No capítulo 3, Mises encara a acusação de que o capitalismo é responsável pelo declínio da qualidade na produção literária. Para responder a crítica, Mises coloca em foco a dinâmica num sistema capitalista, que encoraja o comportamento inovador (p.102). Nesse sistema, não é propriamente o bom desempenho que conta, “mas o desempenho reconhecido como bom por um número suficiente de clientes” (p. 103). Em suma, é a máxima de que no livre mercado o consumidor é soberano. O sistema capitalista aumenta o padrão econômico da sociedade que o adota e também torna disponíveis os produtos que satisfazem às massas: “O capitalismo é essencialmente um sistema de produção em massa para satisfazer às necessidades das massas” (p. 103). Nesse cenário, é inevitável que surjam obras que “não passam de lixo” (p. 106). Porém, é preciso responder honestamente à pergunta: seria isso culpa do capitalismo? Mises acredita que os críticos do capitalismo devem fazer um exercício simples de autocrítica: “Talvez devessem incriminar sua incapacidade de separar o joio do trigo” (p. 106).

No parágrafo seguinte ele esclarece seu entendimento de que a atribuição de culpa ao capitalismo pela decadência da literatura é inválida: “O capitalismo pode fazer com que as massas sejam tão prósperas a ponto de comprar livros e revistas. Mas não pode imbuí-las do discernimento de um Caio Mecenaz (68-8 a.C.) ou de um Cangrande I della Scala (1291-1329). Não é culpa do capitalismo se o homem comum não aprecia livros notáveis” (p. 106).

No capítulo 4, Mises lida com as objeções não econômicas ao capitalismo. A primeira objeção denominada “argumento da felicidade” envolve duas acusações: “a primeira consiste em dizer que a posse de um carro, de um aparelho de televisão e de uma geladeira não faz o homem

feliz. A segunda é que ainda existem pessoas que não possuem nenhum desses objetos” (p. 130). Mises reconhece que as duas proposições estão corretas, mas nenhuma delas é uma objeção real ao capitalismo. Para mostrar a irrelevância dessa objeção, Mises aponta para o fato de que o capitalismo quer proporcionar mais felicidade e bem estar, mas não pretende tornar disponível à felicidade em seu estado perfeito. Quanto à questão de que as inovações tecnológicas e terapêuticas não beneficiam a todos, Mises aponta para o que deveria ser o “óbvio ululante”: “A inovação é, no início, um luxo de apenas alguns até que, gradativamente, passa a ficar ao alcance da maioria [...] Se quem hoje dispõe de meios para adquirir um televisor resolvesse se abster de comprá-lo porque algumas pessoas não têm recursos para isso, não estaria promovendo, mas retardando a popularização desse aparelho” (p. 132).

Outra objeção não econômica é que o capitalismo promove o “sórdido materialismo” e afasta os “homens de objetivos mais elevados e nobres” (p. 132). Para contrapor a essa objeção Mises destaca “o esplendor das realizações artísticas da era do capitalismo”, além de salientar o incentivo a todos os ramos da atividade científica. Talvez a objeção mais popular seja que o capitalismo é fonte de inúmeras injustiças. Tal objeção se baseia em visão errônea acerca da natureza e em uma definição equivocada de “injustiça” ou de “justiça”. Mises encerra esse capítulo abordando um tema recorrente na Escola Austríaca: a liberdade. O autoritarismo e o absolutismo são tentações constantes que circundam o Estado. Nesse sentido, “o conceito político de liberdade individual é: liberdade contra a ação arbitrária do poder policial” (p. 148).

O que torna Oriente e Ocidente antípodas é, antes de tudo, “o fato de que os povos do Oriente nunca conceberam a ideia de liberdade” (p. 148). Entretanto, é notório que o Ocidente tem sido alvo de ataque. O diagnóstico de Richard M. Weaver, no livro *As Ideias têm Consequências* (2016), não é que a desintegração do Ocidente seja resultado de um “progresso” inexorável, mas sim de que é produto de escolhas tolas que culmina no marxismo! De acordo com Mises, o perigo maior é quando essas tolices vêm camufladas: “Mas o antiliberalismo tomou conta da mente das pessoas camuflado como superliberalismo, como a realização e consumação das verdadeiras ideias de autonomia e liberdade. Veio disfarçado de socialismo, comunismo, planejamento” (p. 152). Mises continua:

Nenhuma pessoa inteligente deixaria de perceber que o que socialistas, comunistas e planejadores almejavam era a mais radical abolição da liberdade dos indivíduos e a instalação da onipotência do governo. Não obstante, a grande maioria dos intelectuais socialistas estava convencida de que, ao lutar pelo socialismo, lutava pela liberdade. Eles se denominaram ala esquerda e democratas e, hoje em dia, reivindicam até o epíteto de “liberal”. ([MISES, 2017^c, p.16](#))

Mises reconhece a necessidade da lei para proteger as liberdades individuais mas lembra que “as constituições e as declarações de direito não criam a liberdade” (p. 157). A função constitucional e legal é proteger o direito à liberdade, mas o sistema capitalista é o único capaz de garantir “a liberdade compatível com a vida em sociedade” (p. 157). Em última análise, a mentalidade anticapitalista fomenta o retorno à escravidão. Mises cita o historiador Públio Cornélio Tácito para dar voz à sua própria preocupação: *Ruere in servitium* [Lançar-se à servidão].

No capítulo 5, Mises esclarece que a refutação dos erros da mentalidade anticapitalista não deve ser interpretada como um estímulo à mentalidade anticomunista, porquanto “as pessoas devem lutar por algo que desejam realizar e não simplesmente evitar um mal, por pior que seja” (p. 173).

Ludwig von Mises não apenas demonstrou com clareza a fragilidade dos argumentos contra a economia de mercado, mas também lutou por algo positivo: a liberdade individual. [Murray Rothbard \(2010^a\)](#) alega que “para o mundo acadêmico norte americano é uma mancha inesquecível e vergonhosa o fato de Ludwig von Mises nunca ter obtido um cargo universitário remunerado, de tempo integral” [\(2010^b, p.43\)](#). Não obstante, Rothbard acrescenta, “Mises conseguiu atuar como um farol isolado, indicando a liberdade, o *laissez-faire* e a abordagem econômica ‘austríaca’ num meio inóspito” (p. 44).

E assim como Mises demonstrou brevemente em *A Mentalidade Anticapitalista*, no capítulo 4, a maneira com que a esquerda de seus dias se apropriou do conceito de liberdade, Rothbard [\(2010^c\)](#), em um breve ensaio intitulado *Esquerda e Direita: Perspectivas para a Liberdade*, analisa a inadequação do binômio esquerda-direita no arcabouço da história das ideias e no espectro ideológico e político atual. Ainda em concordância com Mises, Rothbard aponta para a interconexão da liberdade e da economia de mercado:

Só a liberdade e o livre mercado podem organizar e manter um sistema industrial, e quanto maior a população, mais necessário é o funcionamento sem restrições desta economia industrial. À medida que a indústria se desenvolve, o livre mercado e o *laissez-faire* tornam-se mais claramente necessários; grandes desvios causam crise e colapso econômico [\(ROTHBARD, 2010^d, p.70\)](#).

A crise e o colapso econômico no Brasil são resultados do estatismo. O lema “Mais Mises, Menos Marx” não é simplesmente o termômetro que indica a mudança de paradigma teórico, mas a súplica pela diminuição do Estado e do intervencionismo em nossa nação.

Minha formação como bacharel em teologia coloca diante de mim a seguinte questão: é coerente que tal conclusão tenha guarida no cristianismo? O próprio Mises, em *A Mentalidade Anticapitalista*, menciona teólogos de renome como Karl Barth, Emil Brunner, que aparentemente

repudiaram o capitalismo. Assumindo um lugar na denominada tradição reformada e sendo declaradamente calvinista, proponho a resposta no contexto do Escrituralismo.³

O Escrituralismo, sendo concebido pelo filósofo cristão Gordon Haddon Clark (1902 – 1985), afirma que todo sistema tem um ponto de partida e o sistema cristão tem como axioma a Revelação em sentido amplo, isto é, a Revelação geral e a Revelação especial. O conteúdo desse sistema abrange não apenas o que essa Revelação contém, mas tudo o que pode ser lógica e claramente deduzido dela (Confissão de Fé de Westminster, Cap. I, VI).

Se Barth e Brunner nutriram uma mentalidade anticapitalista, eles não puderam deduzir isso do axioma da Revelação – embora não tenhamos espaço para uma discussão detalhada aqui. O teólogo e filósofo calvinista Rousas Rushdoony demonstra em *Cristianismo e Capitalismo* que a Escritura protege a propriedade individual e familiar e o capital como necessário à liberdade. Embora Gordon H. Clark não possa ser classificado como anarco-capitalista, sua filosofia política reflete uma espécie de minarquismo cristão, conforme podemos perceber na seguinte afirmação:

Novas complicações surgem da exigência de mais regulamentação estatal. Essa exigência parece implicar que não apenas os pobres são bons, mas os políticos são ainda melhores. Visto que os políticos são imunes ao mal, à tentação e ao desejo por lucro, pode ser confiada a eles a regulação de todos os nossos assuntos. Nessa visão socialista e humanista, parece que a riqueza corrompe, mas não o poder. Mas, se os homens são essencialmente bons, nem mesmo os ricos deveriam se corromper e, neste caso, a regulação do governo seria desnecessária. Essa falta de coerência parece provir de duas tendências humanistas básicas. A primeira é a exaltada opinião do humanismo sobre a natureza humana, e a segunda é o impulso da teoria política não teísta em direção ao totalitarismo. A não ser que os direitos do governo sejam dados e limitados por Deus, não há fundamento sistemático entre anarquia e ditadura. Com o pensamento mais coerente, o cristianismo escapa dessa escolha. Ele sustenta que todos os homens, pobres e ricos, políticos e negociantes, são pecadores e precisam de restrições [...] o maior perigo hoje não é a Terceira Guerra Mundial, tão desastrosa quanto possa ser, mas a grande calamidade é a expansão crescente da regulamentação estatal (CLARK, 2013a, p.139-143).

Muitos cristãos protestantes têm sido hostis ao capitalismo e, supostamente, sua mentalidade anticapitalista está baseada em pressupostos éticos. No entanto, sendo um filósofo

3 Gary Crampton define escrituralismo da seguinte forma: Escrituralismo é uma visão do mundo e da vida. Cosmovisão é um conjunto de crenças sobre as várias questões da vida... Todas as cosmovisões apresentam pressuposições que governam seu sistema de crença; essas pressuposições funcionam como axiomas a partir dos quais todas as decisões são deduzidas. Escrituralismo é o sistema de crença em que a Palavra de Deus é fundacional na totalidade dos assuntos filosóficos e teológicos. CRAMPTON, Gary. Escrituralismo: Uma Cosmovisão Cristã. **Monergismo**. Disponível em: <<http://monergismo.com/w-gary-crampton/escrituralismo-uma-cosmovisao-crista/>>. Acesso em: 9 maio 2018.

perspicaz, Clark compreendia que a Economia, a Teoria Política e Ética precisavam se firmar em uma estrutura mais sólida: a epistemologia.

Ao construir o edifício epistêmico sobre o sólido fundamento da Revelação, Clark não percebeu a antítese entre capitalismo e cristianismo. Sob a égide dos Dez Mandamentos estão a vida e a propriedade: “não matarás... não furtarás”. Clark escreve: “Que o roubo deve ser punido, é lei de Deus. Na atualidade, a ênfase talvez devesse cair não tanto na legitimidade do castigo por causa de roubo, como no citado direito à propriedade privada propriamente dito” ([2013b, p.139](#)).

REFERÊNCIAS

[CLARK, G.](#) **Uma Introdução à Filosofia Cristã**. Brasília: Monergismo, 2013a. 139 p.

[CLARK, Gordon.](#) **Uma visão cristã dos homens e do mundo**. Brasília: Monergismo, 2013b. 139-143 p.

[CRAMPTON, Gary.](#) Escrituralismo: Uma Cosmvisão Cristã. **Monergismo**. Disponível em: <<http://monergismo.com/w-gary-crampton/escrituralismo-uma-cosmovisao-crista/>>. Acesso em: 9 mai 2018.

[a b c d](#) ROTHBARD, Murray. **O Essencial von Mises**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 43 p.

[a b c](#) MISES, Ludwig. v. **A Mentalidade Anticapitalista**. São Paulo: LVM, 2017. 16 p.

[MISES, Ludwig. v.](#) **As Seis Lições**. 7^a. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. 34p.